

39 Encontro Anual ANPOCS

Estratégias de movimentos sociais populares em áreas de violência: o caso do Brasil e do México

Simone da Silva Ribeiro Gomes

Doutoranda em Sociologia IESP-UERJ

SPG12 Organizações, Estado e violência: múltiplos sentidos da ação coletiva

Resumo

O presente texto busca, a partir do exemplo de dois cenários latino-americanos como o Estado do Rio de Janeiro (Brasil) e Guerrero (México), traçar algumas diretrizes comuns de como movimentos populares logram estabelecer suas atuações em contextos com distintos atores violentos. Nesse sentido, partiremos da noção de estrutura de oportunidades políticas, cunhada inicialmente para o contexto norte-americano, para propor teoricamente a necessidade da inflexão da violência como um fator essencial na atuação dos movimentos. A partir de uma pesquisa de doutorado em curso, a metodologia do trabalho envolve tanto uma incursão etnográfica, quanto a realização de entrevistas semiestruturadas com militantes de distintos movimentos sociais em ambos os contextos. Cabe assinalar que os países foram escolhidos pela diversidade de atores violentos, que vão de narcotraficantes, polícias comunitárias e polícia no México, à violência policial, narcotraficantes e milicianos no Rio de Janeiro, dificultando a ação de movimentos de base. Dessa forma, nosso objetivo é, guardadas as diferenças entre os ambientes, traçar linhas comuns de resistência na atuação dos militantes populares.

Introdução

O presente trabalho, fruto de uma pesquisa de doutorado em Sociologia, parte de uma investigação sobre as estratégias de sobrevivência – e resistência – de movimentos sociais em zonas de extrema violência. Os contextos escolhidos são Estados latino-americanos notadamente conhecido como violentos, com a existência de distintos atores conflitivos, em países distintos: Brasil e México. No primeiro ambiente, devemos ressaltar o Estado do Rio de Janeiro, em particular a Zona Oeste da capital, que conjuga tanto um alto índice de atos violentos cometidos por policiais, quanto a presença de grupos de milícias e narcotraficantes. Já o Estado de Guerrero, no sudoeste do México, além da presença de vários cartéis de narcotráfico, também conta com uma alta violência policial e seu contraponto popular, surgido na metade da década de 90, as polícias comunitárias.

Nosso objetivo, portanto, é investigar como funcionam os movimentos sociais populares nessas regiões altamente conflitivas, suas formas de resistência, propostas de ação e estratégias de atuação. As polissêmicas violências sofridas pelos habitantes dessas regiões, escolhidas justamente por

apresentarem atores *sui generes*, como as milícias cariocas e as polícias comunitárias surgidas no Estado de Guerrero, representam dificuldades em termos de organização e atuação significativas para as ações coletivas. A hipótese principal do trabalho é que se faz necessária uma reorganização das práticas utilizadas normalmente pelos militantes, dada à possibilidade frequente de enfrentamento e inibição de suas ações.

Ademais, em termos teóricos, importa fazer uso da categoria de violência política para trabalhar o contexto em que inserem-se esses movimentos populares. Se tal tipologia foi usualmente trabalhada para conceituar o terrorismo em uma escala de movimentos globais, é preciso inflexioná-la a partir de um uso do monopólio legítimo da força estatal, como conceituado por Weber (2013), contra a organização das ações coletivas, principalmente a partir da dissolução e perseguição policiais. Teoricamente, tal terminologia subsidia o estudo dos movimentos sociais por permitir um deslocamento de sentidos da legitimidade das ações tanto do Estado quanto dos militantes.

Sobre a categoria da violência política, cabe um maior precisão analítica, dado que na América Latina, a presença da violência é, além de contínua, polissêmica. Recuperar a análise de Chesnais (1981), entendemos como “o termo violência terminou designando qualquer coisa: do intercâmbio agressivo de palavras até o homicídio, passando por um cheque sem fundo. O termo é vago, aberto a todos os abusos linguísticos, que pouco a pouco se despojou de seu sentido original, a saber o abuso da força (p. 438). Para tanto, devemos inflexionar a categoria da violência política, que frequentemente inclui a guerra e conflitos violentos a ela relacionados, violência do estado e atos semelhantes praticados por grandes grupos.

Além disso, faremos uso da estrutura de oportunidades políticas, conceito norte-americano, que segundo Brockett (1991) define a configuração de forças (potenciais ou reais) no ambiente político de um grupo que influencia a afirmação de suas demandas políticas, permitindo observar uma configuração de forças não especificadas, com condições político-institucionais que incluem as seguintes dimensões: 1) modos de engajamento Estado - sociedade; 2) escala de valor relativo dos recursos políticos; 3) suporte/oposição entre as elites políticas.

Metodologia

O presente estudo parte de uma metodologia estritamente qualitativa, essa incluiu, durante os dois anos de pesquisa empírica, métodos como a observação participante, uma incursão etnográfica nos dois contextos abordados e a realização de entrevistas semiestruturadas. As últimas foram realizadas com militantes de distintos movimentos sociais: de rádios comunitárias, grupos de educação popular, militantes antirracismo, em grupos LGBTT, pela comunicação comunitária, partidos políticos, entre outras agremiações. Foram vinte e dois entrevistados no total, nos dois países, e por razões de confidencialidade da pesquisa, seus nomes foram trocados e buscamos ao máximo não lançar luz ao local em que estabelecem suas militâncias.

Dessa forma, a partir de uma metodologia que inclui a realização de entrevistas em profundidade com jovens militantes de movimentos populares, além de observações participantes e incursões etnográficas nos dois países, Brasil e México, buscaremos responder aos questionamentos principais da tese. Como os militantes organizam suas ações em contextos violentos, quais as estratégias adotadas por eles e suas formas de resistência cotidiana, a despeito de um contexto altamente coercitivo, além da busca de elucidar as novas relações com o Estado, são algumas das interrogações desse trabalho.

No trabalho de campo, percorremos algumas cidades da região da Montaña de Guerrero, como *ejidos*¹ e municípios próximos ao local onde nos base, no *ejido* de Buenavista, em San Luis Acátlan, sobretudo Santa Cruz El Rincón, Tlapa de Comonfort, e a capital de Guerrero: Chilpancingo. Uma observação importante sobre a organização da militância local tem a ver com a adoção de um repertório particular se consideradas as circunstâncias de zonas urbanas. Assim, os movimentos sociais locais organizam suas reuniões a partir da convocação dos militantes em suas casas, ou seja, estivemos percorrendo – e essa é a forma como se organizam geralmente na região, diversas casas para convocar as pessoas para algumas reuniões.

¹ O *ejido* é uma porção de terra não cultivada e de uso público, também é considerada, em alguns casos, como propriedade do Estado ou dos municípios, sendo no caso mexicano, uma propriedade rural de uso coletivo. Amplamente presente no império Azteca, praticamente desapareceu no período colonial, sendo replantado pelo sistema de haciendas e novamente abolido na Constituição de 1917, apesar de ter havido a promessa de restabelecer o sistema de *ejidos*, o

Já no Rio de Janeiro, as entrevistas, observações de campo e eventos de militância se concentraram em sua Zona Oeste, sobretudo os bairros mais afastados e com o pior IDH, como Realengo, Campo Grande, Santa Cruz, Bangu, Senador Camará, Santíssimo e Cosmos. Ademais, uma incursão etnográfica de três meses, no final do ano de 2013, foi realizado no bairro de Campo Grande.

Justificativa

O presente trabalho parte da confluência de perspectivas da Sociologia dos Movimentos Sociais com a Sociologia Política, em que tanto os movimentos sociais (em particular, a militância não necessariamente organizada como “movimentos tradicionais”), quanto a violência são tidos como elementos analíticos relevantes. Tendo em vista a expressiva produção teórica da Sociologia dos Movimentos Sociais, assim como da Sociologia Política sobre as temáticas que tangenciam esse trabalho, diferentes autores que dialoguem com os temas levantados são utilizados.

Partiremos de uma produção teórica consistente sobre os movimentos sociais no Brasil, sobretudo em uma fase contemporânea, em que alguns de seus autores principais seriam Bringel (2008; 2010; 2011), Alonso (2009), Silva (2010), Abers e Von Bülow (2011). Nesse período, é flagrante a retomada de uma análise que busca considerar mobilizações negligenciadas pelas gerações anteriores, por seus prismas analíticos normativos, e consequentemente restritivos a organizações e movimentos que, em maior ou menor grau, compartilhassem determinados princípios político-organizativos adotados e defendidos pelos pesquisadores (SILVA, 2010).

As autoras Abers e Von Bülow (2011) sugerem que as análises dos diferentes autores no período, a partir de marcos teóricos distintas, buscaram delimitar novos parâmetros, que incluíssem outras formas de ação coletiva, outrora tornadas invisíveis como formas de organização ou ação social. Isso incluiria considerar atores estatais aliados, em alianças que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade, considerando os formatos das redes de ação coletiva que existem na prática. A mudança de foco dos movimentos sociais específicos, para uma multiplicidade de atores e organizações,

caracterizados não tanto pela sua temática, mas por seus objetivos de criarem um espaço de liberdade comunicativa, portanto, é essencial.

Os autores supracitados situam a temática no Brasil, oferecendo um amplo panorama teórico e empírico para esse trabalho, conquanto não tenham sido específicos sobre como se dão as mobilizações nos contextos distintivos que ambiciono tensionar. Faz-se necessário trabalhar sobre a realidade local, com operadores analíticos construídos com base na dinâmica estadunidense e europeia, para verificar sua aplicabilidade e expandir a teoria. É nesse sentido que cabe demarcar a proposta feita por Bringel (2011), que não propõe um rechaço às teorias norte-americanas e europeias, mas uma união do seu potencial crítico com a teoria e a *práxis* do Sul Global.

Minha justificativa teórica parte, portanto, das necessárias aproximações teórico e empíricas entre o contexto brasileiro e mexicano, no que tange aos movimentos sociais e os índices de violência, como por exemplo seu contexto histórico desde a década de 70, período da chamada Guerra Suja no México, com o desaparecimento forçado e o assassinato da categoria nativa de lutadores sociais e a ditadura militar no Brasil, na mesma época.

Atualmente, grande parte da violência de ambos os países, particularmente nos contextos trabalhados, diz respeito aos efeitos corolários da doutrina global da chamada Guerra às Drogas², modificando a estrutura do narcotráfico, com um grande impacto nas periferias das grandes cidades de países latino-americanos, produtores de distintas drogas ilícitas. Finalmente, é importante justificar o uso do conceito de oportunidades políticas, um operador analítico interessante na medida em que desvela elementos outrora escondidos ou relegados a segundo plano nas análises clássicas de movimentos sociais, foi pouco utilizado em trabalhos brasileiros de uma forma geral, e pouco posto à prova empiricamente, de uma forma específica³.

² Política estadunidense, da década de 70, de proibição de drogas, ajuda e intervenção militares, com o intuito de reduzir o comércio ilegal de drogas, e igualmente desencorajar a produção, distribuição e o consumo do que os governos participantes e as Nações Unidas definem como drogas psicoativas ilegais. Os efeitos dessa política são sentidos em vários países, sobretudo a partir das guerras iniciadas pelos EUA, mas principalmente no México e no Brasil.

³ Uma interessante excessão é o trabalho recente de Losekann (2013), uma abordagem sobre atores distintos da sociedade civil brasileira e as lutas políticas ambientais, cujo foco é a análise das mobilizações empreendida por Tarrow e Tilly. A autora traça um panorama dos conflitos ambientais no Rio de Janeiro e no Espírito Santo, atentando para os atores e objetos

Fundamentação teórica e reflexões iniciais do campo

A partir de paradigmas norte-americanos das teorias de *contentious politics*, o estudo das oportunidades políticas foi pensado de forma incipiente no contexto latino-americano, e portanto, esse trabalho parte de suas perspectivas teóricas para desvelar um contexto altamente coercitivo. As oportunidades políticas, portanto, a partir da década de 60, nos EUA, buscaram uma inflexão analítica que desse conta do ambiente em que os movimentos sociais acontecem. Em que pese uma leitura estrutural das condições de possibilidade das ações coletivas, a tentativa de sistematização dos modos de engajamento Estado - sociedade; a observação da escala de valor relativo dos recursos políticos e o suporte/oposição entre as elites políticas, são interessantes para pensar as condições de mobilização em contextos altamente coercitivos.

A abordagem realizada por Scott (2011) em seu estudo sobre a resistência camponesa, também estabelece alguns parâmetros importantes no estudo das resistências de sujeitos envolvidos em ações coletivas, principalmente por centrar sua atenção, predominantemente, nas tensões e lutas não visíveis dentro da estrutura social local do que em conflitos de massa contra o governo, analisando as formas de resistência cotidiana, individual ou coletiva.

Nesse sentido, as distintas formas de resistência que encontramos no trabalho empírico em Guerrero, no México e no Rio de Janeiro, Brasil, assemelham-se à uma confrontação velada com o Estado, mas também nas estratégias não-confrontativas usadas pelos militantes de movimentos populares, em que destacamos: o trabalho de base; o uso do humor em situações arriscadas; não falar publicamente sobre assuntos que possam ser prejudiciais, entre outros.

A busca de uma organização coletiva e individual de resistência, portanto, parte do entendimento dos perigos proporcionados pelas estruturas coercitivas nas regiões de atuação dos movimentos. Nesse sentido, observamos que as estratégias coercitivas são tratadas de formas distintas pelos militantes, com a adoção de táticas correspondentes, dependendo se são interpelados pelas forças

de disputas na atual conjuntura, com o direito ambiental como um repertório de ação coletiva.

de segurança estatal: polícia e exército, ou por traficantes, além da milícia, estrutura que agrupa elementos estatais e não-estatais, e a polícia comunitária, criada para proteger a população mexicana do narcotráfico, mas que também possui um código de conduta estrito, baseado nos usos e costumes indígenas. Tais atores podem funcionar como grandes impedimentos para atividades outrora rotineiras para os movimentos sociais, como reuniões, marchas, atos públicos, entre outros.

Finalmente, os resultados parciais da pesquisa apontam para uma polissemia das ações dos militantes, mas que possuem em comum o sentido de organizar suas lutas populares, além de realizar um trabalho de base intensivo observando as possibilidades de repressão. Nesse sentido, é importante ressaltar que a partir da análise dessas experiências em dois contextos específicos, buscamos traçar elementos comuns para a análise de movimentos populares em contextos coercitivos, um panorama compartilhado por muitos Estados latino-americanos.

Breve estado da arte de movimentos em Guerrero e no Rio de Janeiro

A proposta dessa seção é oferecer um panorama geral de algumas iniciativas de movimentos sociais populares nos dois contextos trabalhados, sem a intenção de esgotá-los, dado que provavelmente muitas iniciativas militantes escaparam ao escopo dessa pesquisa. Tendo em vista que o critério de entrevista para os militantes levava em consideração sua idade – ou seja, menores de 29 anos, considerados jovens pela maioria dos organismos internacionais, e um recorte geográfico – nascidos e criados nas regiões circunscritas pela pesquisa, seguramente muitas iniciativas ficaram de fora desse trabalho.

Endossaremos a definição de movimentos sociais cunhada por Tilly (2010) em que repetidas demonstrações públicas em um determinado espaço por um amplo número de pessoas, desafiando o Estado e em busca de garantir mais direitos para uma determinada camada da população. Entretanto, a militância, atualmente, nem sempre se encaixa nessas definições analíticas do século XX, dado que engajam-se em processos que igualmente se dão em ambientes virtuais, com a utilização de *e-mails*, *facebook*, entre outras; tal como muitas vezes não são antagonistas aos Estados em suas práticas e retórica e, finalmente, possuem demandas assentadas em suas identidades.

Dessa forma, entendemos militantes como pessoas que se engajam em uma causa e, identificadas com essa – ou com vários grupos, como ambientalismo, feminismo e antirracismo, por exemplo – necessariamente são entendidos a partir de um grupo relativamente homogêneo. Ainda assim, ao passo que alguns desses sujeitos estão ativamente envolvidos em movimentos sociais, com a frequente presença em reuniões, atos públicos, divisão de tarefas e disseminação de suas causas, online e nas ruas, nem toda militância é institucionalizada.

A jovem Roberta, participe de um grupo de educação popular e de movimentos pela valorização do *hip hop* que discute o direito à cidade, de Guaratiba, um dos limites da cidade do Rio de Janeiro com sua zona costeira, na Zona Oeste, conta a experiência de ter nascido e seguir vivendo em uma área pobre da cidade. E, sobretudo, o que as lutas em que se engaja dizem a respeito dela mesmo: “ *acho que eu já nasci militante, venho de uma família pobre, lutar por essa vida e gostar do que eu faço e tentar ser feliz numa cidade que te impõe um monte de coisas. Eu acho que militar é ser resistente, e ter essa força e acho que quem é pobre tá nesse lugar, então eu já nasci com isso*”.

Sem embargo, apresentaremos um panorama geral dos movimentos nessas duas regiões, mais no intuito de entender integralmente o que se passa na região do que de mapear extensivamente às lutas. Primeiramente, passamos ao conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas, um operador analítico surgido no contexto acadêmico norte-americano da década de 60, responsável por dar conta do ambiente político onde são confrontados os movimentos sociais, que, de acordo com uma conjuntura específica, exerceriam uma influência positiva ou negativa em sua emergência ou desenvolvimento (FILLIEULE e MATHIEU, 2009).

Tal configuração de forças pode ser potencial ou real, uma vez que não especificadas, contrastando com as variáveis, que seriam identificáveis (BROCKETT, 1991). Dado que o construto seria definido em termos de conformação de estímulos não especificados, antes que pela identificação dos distintos fatores em campo, este conceito pode ser operacionalizado para levar em conta a singularidade dos casos. Um dos aportes das oportunidades políticas foi a ampliação da perspectiva dos estudos sobre movimentos sociais, centrada inicialmente somente nas suas organizações

institucionalizadas, na mobilização de recursos e na integração de uma dimensão propriamente política dos fenômenos contestatórios.

Finalmente, em relação às razões pelas quais escolhemos trabalhar com o conceito de Estrutura de Oportunidades Políticas, cabe apontar que consideramos os estudos empíricos existentes e sua limitação no que tange ao entendimento da violência como um fator estruturante na existência de aberturas para os militantes atuarem em determinados contextos. Nesse sentido, em que pese a assertiva de Meyer (2004) sobre a quantidade relativamente pequena de estudos empíricos testando as hipóteses da EOP, tal qual os resultados discordantes gerados pelos trabalhos práticos, é importante frisar que já existe um corpo teórico que põs à prova o construto.

Ainda assim, consideramos que persiste uma ausência de estudos que levem em consideração a conjuntura nacional, com seus territórios de imbricação entre a pobreza e a violência, e as oportunidades - e riscos - para os movimentos sociais. Em que pese às severas críticas conceituais, nos parece importante defender o uso desse construto para as mobilizações desse trabalho, por algumas razões, a saber: sua relação intrínseca com a violência, ainda que em um âmbito particular, em termos de contexto prévio às manifestações. E também para inflexionar o conceito, dado que o seu caráter estrutural obsta uma análise mais matizada, mas ainda assim permite uma análise importante, e portanto, foi escolhido como um construto analítico central para esse trabalho.

Em outro momento, ao trabalharmos com as ações coletivas nesses dois contextos notadamente violentos, pela ação de uma miríade de atores relacionados ao narcotráfico nos países, necessitam ser mais detalhadamente abordados. Primeiramente, Guerrero, um Estado no sudoeste mexicano, é emblemático de sua longa história de processos de resistência regionais, nem sempre com mobilizações pacíficas, vide a presença da guerrilha, maioritariamente representada pelo grupo EPR – Exército Popular Revolucionário, surgido em 1996, mas com uma atuação furtiva e intermitente na região da Montaña de Guerrero.

Em outra frente de atuação, Quintero Romero e Rodríguez (2008) sublinham uma larga história regional de organização da resistência a partir de organizações sociais, surgidas no final do século XX,

a partir de vários acontecimentos. Entre eles, cabe apontar a Guerra Suja dos anos 70, que buscou acabar com toda a oposição ao status quo, com cerca de 332 assassinatos somente em Guerrero, mas 532 pessoas⁴ em todo o país; a participação ativa de novos setores da esquerda nos processos eleitorais do final da década de 1980; a luta contra a construção de uma hidroelétrica – La Parota - no começo dos anos 90, resultando na criação de uma unidade de luta, o *Consejo de Pueblos Nahuas del Alto Balsas (CNPNAB)*, agregando diferentes organizações contra um projeto governamental que iria alagar comunidades inteiras na região do rio *Papagayo* e a mobilização relativamente espontânea da população da importante cidade costeira de Acapulco em defesa da reserva ecológica do *Parque Ignacio Manuel Altamirano en Papagayo* em 1992.

Ademais, a história de organização do estado localizado no sudeste mexicano é extremamente responsiva às distintas violências estatais. Entre essas, a partir da década de 1990, sublinhamos a matança conhecida como *Aguas Blancas*, de 17 camponeses no vale de *Aguas Blancas*, por membros da força policial em 1995, que nunca foram responsabilizados judicialmente; o massacre do El Charco em 1998, com a morte de 11 pessoas, sobretudo líderes indígenas, por membros do exército, assim como o encarceramento e tortura de dois conhecidos líderes ecologistas na serra guerrerense em 1999, Rodolfo Montiel y Teodoro Cabrera, dirigentes de uma organização que lutava contra o avanço dos interesses das transnacionais, com a anuência do governo local e federal, nas riquezas naturais da região, como minério de ferro.

Os acontecimentos supracitados foram importantes para a demanda por justiça de parte da população, que ativou canais de participação da sociedade civil outrora obsoletos. Contudo, a história da localidade aponta para uma participação que decorreu em um *continuum* tumultuado, interrompido principalmente pelo assassinato de muitas lideranças a partir da década de 1970, na Guerra Suja. Nesse momento, há mais de quarenta anos, a organização popular se articulava em um assenso permanente, sendo duramente reprimidos, torturados e mortos, e portanto, desestimulado fortemente a militância local. As autoras Quintero Romero e Rodríguez (2008), entretanto, apontam para uma organização de militantes mais lenta e menos visível, com processos que remontam à cultura de resistência de

⁴ Os números, segundo Sollano (2010) de desaparecidos e presos foram calculados pela *Frente Nacional Contra la Represión* e pelo Comité Eureka.

Guerrero, que invariavelmente se relacionam com o alto número de indígenas na população, entre os três estados com maior população indígena no México, junto à *Chiapas* e *Oaxaca*.

Dentre os indígenas, se destacam os grupos *nahuas*, *amuzgos*, *mixtecos* e *tlapanecos*, que desde o século XXI já buscavam saídas para o relativo isolamento geográfico e político que a montanhosa região os relegou. A luta perpetrada pelo EZLN – Exército Zapatista de Libertação Nacional, no vizinho Chiapas, publicamente e com mais força a partir de 1994, foi um importante impulsor das lutas de identidade indígena em todo o país, especialmente em Guerrero, com diversos movimentos organizando-se a partir desse período. Um marco desse período foi o processo de *des-comemoração* do aniversário da chegada dos europeus às terras latino-americanas, em 1995, no que ficou conhecido como o *Consejo Guerrerense Quinientos Años de Resistencia*, a primeira organização a reunir a população indígena da região.

Nesse sentido, as reivindicações da luta indígena guerrerense, que se baseou nas conquistas de direitos indígenas no direito internacional, podem ser rastreadas desde as lutas pelo poder local e contra o caciquismo, além da “Campanha 500 Anos de Resistência”. A organização dessas associações, no entanto, enfatizavam o pertencimento indígena, que articulava outras lutas, de acordo com a conjuntura. Tais movimentos compartilham não só o mesmo território, mas sua base social, pois fazem parte as comunidades indígenas, constituídos como um ator econômico, social e político nesse processo. De forma que sua organização própria com os sistemas de cargos e as assembleias, por exemplo, não somente foi essencial para a tomada de decisões, mas para o papel da luta étnico - política na região (GUTIERREZ, 2012).

Nesse sentido, tanto a defesa do território quanto a comunicação comunitária, sobretudo a partir de rádios comunitárias estabelecidas na região da Montaña de Guerrero, são lutas fundamentais e articuladoras na região. Se até a década de 1990 as manifestações de resistência em Guerrero eram percebidas de forma moderadamente isolada, percebidas como problemas locais, e os movimentos enfrentavam seus problemas de maneira remota, sem ter informações sobre as demais lutas no país, mas também as globais, com experiências similares. O resultado desse estado de isolamento era que não se podia enfrentar de forma conjunta às violações de direitos humanos e a destruição do meio ambiente, o que atualmente já se busca uma maior convergência e, portanto, indica uma transformação da resistência local.

É portanto, patente, como apontam Quintero Romero e Rodríguez (2008), que a influência da nova dinâmica do modelo econômico neoliberal influenciou o processo organizativo dos camponeses da região, os que não imigraram, dado que o estado é o líder nacional do índice migratório – tanto nacional, quanto internacionalmente, em direção aos EUA e ao Canadá, produzindo em redes de apoio e cooperativas. A demanda por serviços públicos suficientes, que incluem a distribuição de fertilizantes agrícolas, tal qual crédito e sementes, também se viu afetada pela atomização das mobilizações resultado na convergência das lutas, mormente na defesa do território, mas resultando igualmente na desmobilização dos militantes locais.

Em relação às lutas nesse território cabe apontar, igualmente, que a repressão do estado mexicano também ocasionou uma radicalização das lutas, com o surgimento pós 1994, de uma nova guerrilha. O *EPR - Ejército Popular Revolucionario* e o *ERPI - Ejército Revolucionario del Pueblo Insurgente*, são dois dos movimentos principais que também serviram para o aumento do efetivo militar na região, em comunidades antes sem a presença de contingentes do exército. Outros processos organizativos surgiram, segundo Quintero Romero e Rodríguez (2008), por que as demandas feitas por movimentos populares não foram atendidas, assim como o autoritarismo com que foram recebidas as demandas causaram mais agravo e descontentamento. A Guerra Suja dos anos 70 voltou à pauta, nesse momento, pelo surgimento de organizações demandando justiça e esclarecimento dos acontecimentos nesse período e para enfrentar a repressão política no que ficou conhecido como “Guerrero violento”.

Já os movimentos sociais no Brasil, em toda a sua complexidade, não serão extensivamente analisados nesse texto, mas serão analisados a partir do campo de pesquisa da investigadora, que incluiu entrevistas com jovens de distintos movimentos, mas sobretudo: movimentos de educação popular, antirracistas, feministas, movimentos de valorização cultural e coletivos LGBT. À complexidade das mobilizações no Rio de Janeiro são acrescidas o nosso recorte, a parte mais empobrecida da cidade, sua Zona Oeste, cujas iniciativas militantes encontram-se extremamente reduzidas por conta dos múltiplos atores de coerção locais.

Ainda assim, cabe-nos sublinhar que o Rio de Janeiro foi um importante polo dos movimentos sociais brasileiros, sobretudo até o deslocamento da capital para o centro do país, em Brasília, na década de 1960. A subsequente desarticulação e desmobilização dos movimentos locais na cidade, a partir da instauração da Ditadura Militar, em 1964, igualmente é digna de nota, dado que por ser o

principal palco do golpe que suspendeu a democracia por mais de vinte anos, a maioria dos militantes da cidade, que no momento estavam engajados em algum movimento contestatário, foram torturados, exilados ou encerraram – temporariamente ou não – suas atividades. A esse respeito, a militante em um grupo de educação popular Roberta, nos comenta:“ [...] *acho que o movimento no Rio tava desarticulado, a escada rolante tá descendo e a gente tá tentando subir, é um esforço, é uma força que você acaba tendo que fazer*”.

A despeito de um ambiente altamente repressivo e inibidor dos movimentos, o Rio de Janeiro têm iniciativas importantes atualmente, como o movimento por moradia, realizado junto às ações contra os efeitos dos megaeventos, como as Olimpíadas de 2016. Nesse sentido, cresceu, nos últimos anos, a organização contra as remoções de casas populares, em favelas e periferias, como a Vila Autódromo, na região mais rica da Zona Oeste da cidade, que se tornou palco de uma das lutas mais simbólicas de uma cidade rapidamente transformada pela expropriação e remoções do capital estrangeiro. Militantes de distintos movimentos, sobretudo de organizações comunitárias e das universidades públicas próximas se juntaram à causa, criando inclusive um Plano Popular para a Vila Autódromo, de forma a buscar uma solução para os moradores que não seja perder suas casas.

Em termos de ordem mais culturais, mas igualmente movimentalistas, os movimentos feministas e antirracistas são importantes no rio de Janeiro. As lutas feministas se dão em vários âmbitos, mas sobretudo nos meios universitários e nas organizações de base, tendo um calendário de datas unificadas, que inclui a anual Marcha das Vadias⁵ como um encontro essencial para as militantes na cidade. Já os movimentos antirracistas também afirmam sua importância em um país cuja abolição da escravidão data de 1888, e o Rio de Janeiro, em particular, foi um dos principais portos de escravos, uma das cidades em que notadamente o número de negros excede o de brancos e mestiços, mas que ainda sofre com o racismo institucional. Há, portanto, vários coletivos, como o Coletivo Denegrir, sediado em uma universidade pública, não misto, mas igualmente diversos grupos como o Afoxé, de caráter misto e cuja luta identitária são essenciais para a pauta no Rio de Janeiro.

⁵ A Marcha das Vadias é um movimento que surgiu a partir de um protesto realizado em 2011 no Canadá, e desde então se internacionalizou, sendo realizado em diversas partes do mundo, a partir de uma consigna, a de que as mulheres que são vítimas de estupro teriam provocado a violência por seu comportamento. Nesse sentido, as marchas anuais reúnem movimentos feministas e ativistas contra o machismo.

Outro movimento social importante são os diversos grupos de Educação Popular, espalhados por toda a cidade, em que pese sua maior concentração nas favelas e periferias das zonas Oeste e Norte, contando com um forte componente de despertar de consciência e a preparação de jovens pobres para o acesso à universidade pública. Militantes de distintos movimentos costumam fazer parte desses grupos educativos, engajados na democratização do conhecimento a partir de uma perspectiva largamente inspirada na pedagogia do oprimido, de Paulo Freire.

Ainda sem a intenção de sermos exaustivos, importa mencionar um movimento social importante no Rio de Janeiro, o idiossincrático movimento das favelas, por direitos às pessoas que residem em favelas e periferias. Nesses coletivos, surgidos sobretudo a partir da década de 1990, os jovens parecem ser a maioria dos militantes, com marchas, reuniões e atos públicos para denunciar o abuso contra os direitos dos *favelados*, um termo polissêmico para quem vive em condições geográficas desafiantes, sobretudo no que tange ao narcotráfico e a repressão policial.

Considerando todos os movimentos supracitados, com suas particularidades e convergências, gostaríamos de sublinhar um elemento comum, importante para o cenário da articulação das lutas no Rio de Janeiro: a luta contra a repressão policial. A polícia militar, um anacronismo institucional, relativo à época imperial no Brasil, é responsável pela maioria das denúncias de violações aos direitos humanos, e portanto, agremia coletivos distintos na cidade contra seus desmandos. Em um país em que a força de policiamento cotidiano é delegada à instituição militar, não surpreende que o número de mortes por policiais que obedecem a um código militar sejam responsáveis por mais de 2000 mortes por ano, em todo o país. O Rio de Janeiro não é exceção à essa regra, com um policiamento militar extensivo nas marchas, favelas e periferias, que não raro é alvo de denúncias graves de violações e desrespeitos aos militantes.

As estratégias dos militantes: apontamentos sobre a sobrevivência das lutas em Guerrero, México e Rio de Janeiro, Brasil.

Primeiramente cabe sublinhar que não trabalhamos de forma extensiva nos dois contextos, ou

seja, um local específico foi elegido no México, a região de San Luis Acátlan, no sudestino estado de Guerrero e outro no Rio de Janeiro, alguns dos bairros mais pobres da Zona Oeste⁶. A eleição metodológica se justifica nessa pesquisa a partir de critérios como a complexidade da violência local, com distintos atores, no caso brasileiro: a polícia militar, os narcotraficantes de drogas, e os grupos milicianos atuantes na região. Já no caso mexicano, além da violência policial comumente retratada pelos moradores de Guerrero, ao narcotráfico extremamente influente na região⁷, se soma à atuação da polícia comunitária, um sistema de justiça indígena surgido em 1995, que recruta entre os moradores voluntários para o trabalho de policiamento das comunidades.

A Zona Oeste carioca, primeiramente, deve ser ressaltada analiticamente pela complexidade do intrincamento dos problemas relativos à concentração da violência, altas taxas de pobre, ineficiência dos transportes públicos e outros problemas, sobretudo relativos ao tráfico de drogas. Ainda assim, há uma resistência relativamente pouco organizada na região, em movimentos sociais sobretudo organizados em pautas culturais. Se a Zona Oeste pode ser dividida em uma área de maior concentração de riqueza e equipamento público e privado de lazer, como os bairros de Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, nossa pesquisa se concentrou nas periferias ligadas à cidade pelos trilhos do trem, no início do século XX. Com uma maior centralidade às regiões de Campo Grande, Santa Cruz e Realengo, nos concentramos em entrevistar militantes de toda a região definida pela jovem Bruna, de Senador Camará, como a “*Zona Oeste lado B, a Oeste periférica*”. Essa primeira divisão dos aparelhos estatais na mesma região da cidade já trazem elementos importantes para a análise. Como o entrevistado Diogo, militante de grupos antirracistas e morador de Santa Cruz, afirma:

Essa Zona Oeste aqui, de Magalhães Bastos à Santa Cruz, ela é muito interessante, muito rica e

⁶ Entre eles os bairros de menor IDH do Rio de Janeiro: Campo Grande e Santa Cruz, mas não somente, dado que a conjuntura particular da violência exercida pelos grupos milicianos e os índices de pobreza são uma constante nos bairros de: *Realengo, Bangu, Barra de Guaratiba, Cosmos, Deodoro, Gericinó, Guaratiba, Inhoaíba, Sulacap, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, Pedra de Guaratiba, Santíssimo e Senador Camará.*

⁷ Guerrero é reconhecidamente o estado mexicano com maiores problemas devido ao tráfico de drogas, por contar com uma distribuição internacional, em um corredor de maconha e derivados da amapola que chega até os EUA, mas sobretudo por ser o maior produtor nacional de amapola. O panorama na região é de amplos campos de produção e distribuição de distintas drogas ilícitas, e portanto, desde a década de 1990, houve uma maior concentração de carteis de narcotráfico na região.

mudou muito e hoje todas essas coisas, todos esses reflexos, de UPP e violência, a Zona Oeste tá sendo um grande reflexo disso. Parece hoje que a Zona Oeste está vivendo quase em um *estado de sítio*.

Afinal de contas, trabalhamos em uma região administrativa com uma das menores taxas de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano na cidade do Rio de Janeiro, que igualmente revela, entre outras contradições com partes mais ricas da cidade, altas taxas de distintas formas de desigualdade social. O que une todas essas áreas nessa cidade para além da percepção de uma pobreza generalizada, a distância dos equipamentos culturais e de lazer do centro da cidade e de áreas mais ricas, como a Zona Sul e Norte, é a atuação dos grupos milicianos. À percepção compartilhada de que em zonas periféricas do Rio de Janeiro, tal qual nas favelas, há uma falência estatal em exercer o tipo ideal do monopólio legítimo da força, explicitados pela atuação de grupos criminosos (Pinheiro, 1997), a atuação de policiais corruptos junto à narcotraficantes, com propinas e sistemas complexos de pagamento que permitem que sejam muitos os tipos de coerção nas áreas mais pobres da cidade (Pessoa 2002; Leeds 1996), devem ser consideradas pelo prisma da distância de ambos meios de comunicação e opinião pública.

As condições e polissemia da violência local devem ser consideradas, portanto, não somente a partir da figura dos narcotraficantes, mas de outros atores envolvidos com o tráfico a varejo de drogas, como os milicianos. Os grupos milicianos são definidos como agentes armados do Estado (bombeiros, policiais militares e agentes e ex-agentes do exército), que junto à narcotraficantes controlam com violência e exploram economicamente regiões inteiras do Rio de Janeiro. Com a oferta de “proteção”, esses grupos cobram semanal ou mensalmente os habitantes de várias periferias e favelas do Rio, tal qual mantém o monopólio de certas atividades como o comércio do *gato-net* e de serviços de fornecimento da água e transporte alternativo, como as vans onipresentes nessa parte da cidade. Segundo Arias (2006) as novas formas de clientelismo desenvolvidas por esses criminosos recém empoderados envolvem a ativação de uma rede ilegal que une criminosos com agentes estatais, engajados em distintas atividades criminosas.

Os grupos milicianos ganharam a atenção pública em 2008, no Rio de Janeiro, segundo Duarte e Cano (2012), especialmente após um episódio emblemático na história da cidade, com a tortura seguida da morte de um jornalista que estava investigando as matizes desse fenômeno de organização da violência local, na favela do *Batan*, em Realengo. Importa, nesse sentido, destacar que as milícias mais atuantes estão na Zona Oeste, sobretudo em Campo Grande e Santa Cruz, ambas 60 a 70km distantes do centro da cidade, sendo os bairros líderes de denúncias de atuação de milicianos, com dados de uma linha confidencial, desenvolvida para receber a denúncia de atuação criminosa miliciano.

O papel desempenhado por elementos de redes criminosas ilegais deve considerar também a violência policial, que revela um estado de organização violenta que não implica a ausência ou o colapso do poder estatal, mas uma particular articulação de relações estatais, sociais e criminais, na qual o poder estatal é altamente sujeito aos interesses e serviços de grupos criminosos (Arias, 2006). Essa situação acaba por revelar uma violência draconiana, que sublinha a incapacidade de controlar o narcotráfico e a violência subsumida no Rio de Janeiro, especialmente em suas áreas mais pobres, como favelas e periferias, que igualmente revelam o reforço de uma ilegitimidade criminal, dado que os habitantes sofrem com a violência de agentes estatais e acabam por desacreditar no Estado. Todavia, não são somente traficantes, como observado nas entrevistas, que apontam uma coalisão de forças de coerção particularmente clientelistas, o que é igualmente perturbador, como afirma Roberta:

Em Guaratiba tem muito sítio e fazenda, de gente muito poderosa. Então têm esses espaços, inclusive muitos matadouros, muito lugar pra desova, tem casos ainda em Guaratiba de coronelismo, ainda.. papo da pessoa bater na porta e dizer pra outra "olha só eu sou dono daquele sítio ali", na verdade uma fazenda que ele chama de sítio e "eu tô querendo ampliar aquele espaço e só que tua casa fica próxima e eu preciso que você libere a sua casa". E se você não tem outra opção, você tem que sair da sua casa, e ela sai, porque tem medo de morrer, existe a possibilidade, no caso é verdade que o cara vai te matar. Então como você se sente muito fragilizado, não conhece os mecanismos que você possa lutar contra isso, então você sente a ausência do estado pra te dar esse respaldo. Então têm muitos casos em Guaratiba de pessoas que perdem as suas casas pro "dono" da fazenda X, Y que quer aquele teu terreno (Roberta, militante de hip hop e de um grupo de educação popular, bairro de Guaratiba).

A sensação de medo é uma realidade presente nesses bairros, ainda que as pessoas não consigam

apontar de uma forma clara quais as violências sofridas, como uma militante explica *”À noite, quando passar por determinados lugares pode ser perigoso. Eu sei que tem lugares que são perigosos pois todo mundo fala que são perigosos, com iluminação precária. Não tem uma presença ostensiva de gente armada, mas você sabe que pode ser violentada, armada, são outras violências. De uns tempos pra cá eu parei de circular no meu próprio bairro..”*(Carina, militante de um grupo de educação popular, Santíssimo).

O que nos interessa primordialmente são as estratégias, ou seja, as formas encontradas pelos militantes locais de resistência e sobrevivência em suas lutas políticas. Em contextos de continuada violência, o que as teorias existentes de democratização conseguiram foi construir um modelo de como as redes sociais podem auxiliar a transformar os protestos em mudanças políticas concretas quando as estratégias tradicionais para a transformação social são insuficientes. Apesar disso, não se mostram suficientes quando os contextos são sumamente violentos, e portanto, representam perigos adicionais para os movimentos sociais e seus militantes, como o caso das ditaduras militares, mas não somente, quando os primeiros alvos para a repressão governamental são os lutadores sociais (Arias, 2004).

O que Arias (2004) afirma é que, através de uma rede, grupos com objetivos similares podem dividir trabalhos e responsabilidades, tal como os riscos entre eles mesmos, auxiliando os coletivos a alcançar objetivos complexos, ao possibilitar a divisão dos riscos que compartilham, de uma forma que se torna mais complicado impedir os esforços para quaisquer mudanças sociais. Se a mudança está organizada em redes locais, também se aumentam os custos de ameaçar e impedir com ações violentas as ações de silenciamento de grupos de forma individual. Sobre o funcionamento dessas redes de militantes, Roberta, militante de um grupo de educação popular e de outro de hip hop, comenta: *“[...] como eu dava aula de break desde cedo, eu me identifico com a galera do pré-vestibular, do núcleo socialista e essa coisa de ter muitas redes, você acaba formando uma rede de muitos educadores populares, então acho que fez com que a gente quisesse alugar um espaço, então acho que é isso..”*

O ambiente na Montaña de Guerrero é igualmente desalentador, a partir da perspectiva do imbricamento da violência e pobreza locais. Pergunto-me como, sem sinal de celular na região da Montaña, alguns jovens passam por nós, na estrada, com um celular na mão. Uma senhora me responde

que a juventude local quer ter celular para poder escutar música, ainda que não consiga fazer mais do que isso com o telefone.⁸

Passamos agora para um exame mais minucioso de Guerrero, sua história e contexto sociocultural, para abordar as vicissitudes dos movimentos sociais na região. Para tanto, mencionaremos o trabalho de campo realizado no *ejido*⁹ de Buenavista, nas cidades de San Luis Acatlán e Santa Cruz El Rincón, na região da Montaña. É importante igualmente precisar a razão da escolha dessa localidade para o presente estudo, dado às suas características similares à Zona Oeste do Rio de Janeiro, de um forte caráter agrário à presença de grupos paramilitares, passando pelo histórico de violência. Finalmente, cabe indicar que não temos, nesse limitado espaço, a pretensão de esgotar a polissêmica problemática das lutas sociais nessa região, que se organiza em processos comunitários antigos, mas apenas lançar luz ao caso brasileiro, a partir de um exemplo de organização em um contexto com semelhanças relevantes.

Guerrero é composto por 81 municípios e sete regiões: Norte, Montaña, Centro, Tierra Caliente, Costa Grande, Costa Chica e Acapulco de Juárez. Foi fundado como entidade federativa em 1849, possuindo uma importância histórica considerável no século XX pelos eventos que ocorreram em seus municípios, não obstante seu relativo isolamento geográfico das outras regiões do país. Em termos econômicos, Guerrero é também conhecido por ser um dos mais pobres do país, com uma fraca contribuição ao PIB- Produto Interno Bruto nacional, de 1.43% em 2011, mas paradoxalmente, rico no que tange ao aporte para a geopolítica nacional, evidenciando a depredação de seus recursos naturais por parte de grupos de poder específicos.

Em termos de análise das estratégias dos militantes locais nesses dois contextos, primeiramente gostaríamos de apontar para outras formas de ação coletiva, outrora tornadas invisíveis como formas de

⁸ Notas de campo, San Luis Acátlan – Fevereiro/Março, 2015.

⁹ O *ejido* é uma porção de terra não cultivada e de uso público, também é considerada, em alguns casos, como propriedade do Estado ou dos municípios, sendo no caso mexicano, uma propriedade rural de uso coletivo. Amplamente presente no império Azteca, praticamente desapareceu no período colonial, sendo reimplantado pelo sistema de *haciendas* e novamente abolido na Constituição de 1917, apesar de ter havido a promessa de restabelecer o sistema de ejidos, o qual não sucedeu até 1934.

organização ou ação social. Isso incluiria considerar atores estatais aliados, em alianças que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade, considerando os formatos das redes de ação coletiva que existem na prática. Nesse sentido, as estratégias cotidianas de resistência (Scott, 2011) devem ser levadas em conta, sobretudo quando tratamos de contextos de violência que compartilham figuras como os desaparecimentos forçados; levantóns¹⁰; autos de resistência¹¹ e vazios de autoridade, como mencionados pelos habitantes dos dois contextos.

Dentre as distintas estratégias de resistência que observamos em ambos os contextos, faz-se necessário sublinhar uma certa “agência espacial” (SEWELL, 2001, p.55), em que a atividade contenciosa pode ser definida como a ação social que busca superar desvantagens estruturais. Para o mesmo autor, há uma centralidade das estruturas espaciais, que tais como as demais estruturas, são duráveis e construtivas, mas também passíveis de transformação como consequência de ações sociais que elas conformam. Essas, tal qual o ambiente construído, a infra-estrutura de transporte e de comunicação, entre outras são constrangimentos reais para a ação social, mas paradoxalmente, mesmo que se apresentem como duráveis e estáveis devem ser encaradas como possibilitadoras.

Nesse sentido, mesmo geografias tidas como adversas, como é o caso principalmente de Guerrero, no México, com uma forte presença de terrenos montanhosos que dividem localidades completamente e apartam os sujeitos podem, igualmente, ser vantajosas para a ação social. Essa vantagem involuntária deve ser encarada por um relativo isolamento, que junto a um conhecimento local do terreno, facilita atividades dissidentes, como as guerrilhas da década de 60 na região, mas não somente, haja vista que segue apresentando-se como um facilitador.

Outro mecanismo emblemático conceituado por Scott (2011) e observado em Guerrero, diz respeito a uma técnica eficaz de dominação que inclui dizer aos dominados o que é e o que não é realista, alçando as coisas à esfera do impossível, inalterável e manejando a hegemonia sem deixar

¹⁰ Levantón(es) são sequestros, tornados frequentes no México a partir da década de 1990, cujo fim é a eliminação de pessoas que contraíram dívidas com algum cartel de narcotráfico.

¹¹ Figura criada pela polícia militar do Rio de Janeiro que busca dar conta das mortes em conflito armado com policiais, ou seja, das resistências seguidas de morte, que não necessitam posterior investigação e, portanto, se multiplicaram demasiadamente. Organizações de direitos humanos nacionais e internacionais já pediram o fim dos autos de resistência por tratar de uma estratégia utilizada pela instituição policial para justificar execuções de inocentes.

espaço para mudanças sociais profundas. Assim se sustenta a crença compartilhada de que é impossível que o povo faça algo para melhorar a sua vida, como exemplifica o militante pela cultura popular Diego, sobre a violência em sua região:

[...] ou você age como se não passasse nada e se acostuma a toda essa onda de violência, porque ademais Acalpulco é uma dos municípios mais violentos. Desconhecer isso é como..dentro de sua comunidade, do seu conforto, é preciso ver de uma forma cotidiana, dentro de toda essa onda de violência e resignar-se porque se convence e diz “não passará nada comigo porque eu não ando metido com os narco..” e começarem a julgar e dizer “mataram porque estava ligado ao tráfico”, e são essas pessoas que não se mexem, não se mobilizam, por isso Guerrero está assim. Tem muita gente que pensa dessa maneira e ademais estão nas maiores cidades e são conservadoras, e do outro é formar parte de um sindicato, de organização social.

No que diz respeito às estratégias relatadas pelos militantes observamos igualmente a mentira e dissimulação de suas actividades. De acordo com Scott (2011) a partir de sua pesquisa com grupos subordinados, especialmente os agricultores pobres na Malásia, a vida política deve recorrer constantemente ao disfarce, à mentira, a evasão comportamentos, mantendo ao mesmo tempo, em situações de poder, uma atitude externa de aceitação. Assim, passando pela estrada, a caminho de uma rádio comunitária em um município Guerrero, a van que estava com os militantes foi parada por agentes militares, que, duas vezes nos perguntam sobre o que fazemos. Mentimos. A primeira vez, quando eles revisaram a nossa bagagem, querendo saber para onde vamos e o que fazemos, respondemos que estávamos de férias. Na última vez, em um posto policial mais perto do rádio, para a mesma situação dissemos que somos prestadores de serviços técnicos ambientais.

A estratégia do recurso ao humor para situações de tensão e perigo é muito visível nas práticas atuais dos militantes. Dessa forma, depois de nos comentar as suas experiências com os diferentes atores de coerção, tais como "*homens armados vestidos como auto-defesa comunidade em uma estrada em Michoacán, pistoleiros e policiais*", Diego afirma que "*devemos rir da situação é tão grave que ..*". Outra vez, quando estamos no topo de uma montanha de argila, alguém faz uma clara referência ao caso de Ayotzinapa, dado que nos deparamos com uma grande fossa, que futuramente será a construção de uma Casa do Conhecimento, um militante diz que "*você vê, saiba que aqui, com essa fossa aberta, se torna mais fácil o trabalho para as outras forças que podem tentar fazer-nos*

desaparecer. "

Outra tática comum é a relativa pouca exposição dos militantes em eventos públicos, mas a colaboração de indivíduos a serem adicionadas às lutas, como a pesquisadora, nesse caso. Dessa forma, fui convidada para falar na rádio comunitária sobre a situação da militância popular brasileira. A exposição é um problema para os militantes, mas sobretudo porque eles vivem em ambientes muito violentos, onde os atores podem identificar coerção, enquanto os colaboradores eventuais não estão sob grande risco.

Um militante de uma estação de rádio comunitária em Guerrero explica a situação por uma metáfora: enquanto ativistas sociais podem analisar a situação de uma forma complexa, você não precisa chamar a atenção para si. Dessa forma, você pode trabalhar com os mais afetados, como uma onda, submerso, evitando a repressão, para ficar mais forte, e com um trabalho consistente sobre as bases quando descobertos por autoridades ou pelas estruturas de coerção.

Algumas conclusões

À guisa de conclusão, buscamos abordar facetas menos visíveis de alguns movimentos populares em contextos violentos, particularmente nos contextos latino-americanos do México e Brasil. A conjuntura mexicana contemporânea é de tal maneira permeada pela influência do narcotráfico nas relações societárias e políticas cotidianas, que o léxico da violência foi atualizado com termos como *narcopolítica*, *necropolítica*, *narcoestado*, *narcogobierno*, *narcocultura* e *narcoviolência*. De forma concomitante, as experiências de organização indígenas são referentes importantes para os militantes locais, que incluem, em Guerrero, experiências únicas de autonomia comunitária como as polícias comunitárias, com resultados controversos, mas heurísticamente interessantes para essa análise.

A violência decorrente do narcotráfico também pode ser vista de forma em seus efeitos mais perversos na cidade do Rio de Janeiro, com suas distintas facções rivais (Comando Vermelho ; ADA – Amigos dos Amigos; Terceiro Comando), ademais das organizações da violência explicitadas pelas figuras dos grupos milicianos. Os distintos atores coercitivos atuam de forma a impedir as ações

coletivas em contextos mais afastados dos centros políticos da cidade, como a Zona Oeste.

Nesse sentido, é importante entender a organização dos movimentos nesses contextos altamente coercitivos como cotidiana, sobretudo nos termos cunhados por James Scott, em que a resistência ao poder se dá de uma forma silenciosa. Dentro do escopo desse texto, sublinhamos algumas estratégias de ação, como a mentira e dissimulação sobre suas atividades, para as autoridades e narcotraficantes; o recurso ao humor para aguentar as situações de perigo iminente ; a solidariedade entre as lutas de resistência – movimentos ambientalistas, antirracistas, de educação popular, feministas, pela comunicação comunitária, entre outros e uma atuação fora dos holofotes, discreta, através de trabalhos de base.

Finalmente, nos contextos em que vivem e militam esses jovens, grandes cidades que oferecem aproximações teóricas e limites que podem ser ampliados para outros espaços com condições similares de pobreza, a violência e as ações coletivas logram estabelecer-se dentro de parâmetros comuns. Ainda assim, em termos de rupturas, sublinhamos uma desconfiança dos movimentos frente ao governo e às instituições como uma característica dos movimentos mexicanos em geral, e em Guerrero, particularmente. Na região da Montaña, por exemplo, escutamos que os militantes que dialogam com instituições governamentais já não são considerados membros de movimentos sociais, mas são considerados traidores e “caçadores de vagas públicas”. No Rio de Janeiro, ainda há um diálogo mais fluído entre atores coletivos e governo federal e estadual, não raro com a proposta de trabalho e financiamento coletivos.

Referências Bibliográficas

ABERS, Rebecca e VON BULOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: Como Estudar o Ativismo Através da Fronteira entre Estado e Sociedade?, *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n.28, set./dez. 2011, p. 52-84

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova* [online]. 2009, n.76, pp. 49-86. ISSN 0102-6445.

ARIAS, E Desmond. "Faith in our Neighbors: Networks and Social Order in Three Brazilian Favelas," *Latin American Politics and Society* 46 (1): 1-38, 2004.

ARIAS, E Desmond. 2006. "The Dynamics of Criminal Governance: Networks and Social Order in Rio de Janeiro," *Journal of Latin American Studies*, vol. 38 (2): 293-325.

BRINGEL, Breno. El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST. *Revista NERA (UNESP)*, v. 9, p. 27-48, 2006.

BRINGEL, Breno ; ECHART, E. . Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, p. 28-36, 2010.

BRINGEL, Breno . El estudio de los movimientos sociales en América Latina: reflexiones sobre el debate postcolonial y las nuevas geografías del activismo transnacional. In: Yamandú Acosta; Alfredo Falero; Alicia Rodríguez; Isabel Sans; Gerardu Sarachu. (Org.). *Pensamiento Crítico y Sujetos Colectivos en América Latina: perspectivas interdisciplinarias*. Montevideo: Ediciones Trilce / UDELAR, 2011, v. 1, p. 35-55.

BROCKETT, Charles D. The Structure of Political Opportunities and Peasant Mobilization in Central America *Comparative Politics*, Vol. 23, No. 3 (Apr., 1991), pp. 253-274.

CANO, Ignacio; DUARTE, Thais. "*No sapatinho*": a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011) - Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2012.

CHESNAIS, J. *Histoire de la violence: en occident de 1800 à nos jours*. Paris: Éditions Robert Laffont, AS, 1981.

LEEDS, Elizabeth, 'Cocaine and Parallel Politics on the Brazilian Urban Periphery: Constraints on

Local Level Democratization,' *Latin American Research Review*, vol. 31, no. 3 (1996)

PINHEIRO, Paulo. 1997. State-Sponsored Violence in Brazil. In *The New Inequality in Latin America: Rethinking Participation and Representation*, Ed. Douglas Chalmers, Katherine Hite, Scott Martin, Kerianne Piester, and Monique Segarra. Oxford: Oxford University Press. 261-80.

QUINTERO ROMERO, Dulce María & RODRÍGUEZ, Herrera (2008). Organizaciones sociales: nuevos actores políticos en Guerrero. *Política y Cultura*, (30), 39-66.

SEWELL, William H. "Space in Contentious Politics," in Ronald Aminzade, Doug McAdam, Elizabeth Perry, William H. Sewell, Jr., Sidney Tarrow, and Charles Tilly, *Silence and Voice in the Study of Contentious Politics*, Cambridge University Press, 2001.

SILVA, Marcelo. K. De volta aos movimentos sociais? - Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 46, p. 2-9, 2010.

SCOTT, James C. *Los Dominados y el Arte de la Resistencia*, México, Editora Era, 2011.

SOLLANO, Saúl López. *Campesinos, Autonomía y Otro desarrollo en el Guerrero de hoy*. Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto Galinhas, Pernambuco, Brasil, 2010.

TILLY, Charles (2010). Movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, no 3. Brasília, janeiro-julho de 2010, pp. 133-160.

WEBER, Max. A Política como vocação. A ciência como vocação. In: BOTELHO, A. (Org.). *Essencial Sociologia*. 1. ed. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras, 2013. 616p .